

Demonstrações Financeiras

State Grid Brazil Holding S.A.

31 de dezembro de 2017
com Relatório do Auditor Independente

State Grid Brazil Holding S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações dos resultados.....	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)	12

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Diretores da
State Grid Brazil Holding S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da State Grid Brazil Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da State Grid Brazil Holding S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Infraestrutura da concessão

Como divulgado na nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras, a Companhia possui registrado ativo financeiro de concessão no montante de R\$ 8.634.419.153 mil para o consolidado. Conforme descrito nas notas explicativas nº 5.4 e nº 5.15, o saldo do ativo financeiro de concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro garantido pelo Poder Concedente conforme o contrato de concessão, descontado pela TRAF - Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro de concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da Receita Anual Permitida – RAP que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

Esse assunto foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria, tendo em vista as especificidades e grau de julgamento atrelados ao processo de avaliação do ativo financeiro, bem como a magnitude dos montantes envolvidos e a natureza do processo de mensuração aplicado pela Companhia, o qual envolve planilhas de cálculo complexas e que são manualmente atualizadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho, da implementação e da efetividade das atividades de controles internos da Companhia relacionados aos cálculos do ativo financeiro de concessão; (ii) a avaliação do critério de reconhecimento e mensuração do ativo financeiro de concessão; (iii) a obtenção e teste das planilhas de cálculo preparadas pela Companhia, além de seu confronto com os registros efetuados no sistema contábil; e (iv) recálculo do ativo financeiro de concessão, incluindo a mensuração e o reconhecimento da receita de remuneração do ativo financeiro de concessão e da receita dos serviços de operação e manutenção das linhas de transmissão, com o auxílio de nossos especialistas internos na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, correspondente ao IFRIC 12.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados para a mensuração do ativo financeiro de concessão, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento do ativo financeiro de concessão bem como as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

State Grid Brazil Holding S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

	Nota	2017		2016	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	376.213.445	876.724.907	397.333.036	838.620.969
Concessionárias e permissionárias	9	-	114.724.833	-	122.623.293
Contas a receber - partes relacionadas	19	16.630.379	5.632.552	5.340.196	5.965.455
Impostos a recuperar	10	5.894.714	50.989.344	2.554.432	31.272.283
Ativo financeiro amortizável e indenizável	12	-	889.407.003	-	933.003.857
Adiantamentos a fornecedores		202.928	18.866.533	432.191	11.717.457
Estoques		-	29.444.774	-	29.275.924
Dividendos a receber	13	71.246.486	44.478.855	113.303.416	31.689.769
Outros ativos circulantes		99.733	10.370.754	105.264	14.999.012
		<u>470.287.685</u>	<u>2.040.639.555</u>	<u>519.068.535</u>	<u>2.019.168.019</u>
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	8	-	54.520.955	-	54.751.984
Ativo financeiro amortizável e indenizável	12	-	7.745.012.150	-	5.299.197.310
Empréstimos a receber - partes relacionadas	11	701.564.286	701.564.286	636.942.003	636.942.003
Outros ativos não circulantes		828.395	38.912.855	28.881	41.186.555
Investimentos	13	9.310.946.072	3.239.013.840	6.795.494.394	2.689.027.464
Investimentos disponíveis para venda	19.1	44.249.093	44.249.093	40.467.228	40.467.228
Propriedade para investimento	14	89.250.478	89.250.478	92.855.948	92.855.948
Imobilizado	15	111.282.731	477.763.484	117.230.860	132.190.467
Intangível	16	415.873	146.437.680	9.717	145.938.906
		<u>10.258.536.928</u>	<u>12.536.724.821</u>	<u>7.683.029.031</u>	<u>9.132.557.865</u>
Total do ativo		<u>10.728.824.613</u>	<u>14.577.364.376</u>	<u>8.202.097.566</u>	<u>11.151.725.884</u>

State Grid Brazil Holding S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

	Nota	2017		2016	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores - terceiros		158.355	440.466.510	130.592	34.499.364
Fornecedores - partes relacionadas	19	1.325.320	-	-	323
Empréstimos e financiamentos - terceiros	17	-	668.811.031	-	87.900.898
Empréstimos - partes relacionadas	17	14.839.525	213.058.876	4.099.384	255.652.841
Tributos e contribuições sociais		4.624.117	121.155.398	973.674	234.933.457
Taxas regulamentares	18	-	45.075.822	-	44.072.252
Dividendos propostos	21	113.280.465	113.280.465	109.374.421	109.374.421
Outros passivos circulantes		193.722	28.039.817	122.773	21.154.458
		134.421.504	1.629.887.919	114.700.844	787.588.014
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos - terceiros	17	-	704.475.558	-	774.521.317
Empréstimos - partes relacionadas	17	2.459.504.247	3.205.286.233	2.195.971.748	3.101.642.624
Outras contas a pagar - partes relacionadas		-	17.351.420	-	98.974
Outras provisões - compensação ambiental		-	17.351.420	-	17.164.759
Impostos diferidos		8.370.354	795.236.272	5.156.001	490.480.140
Provisão para contingências	20	297.070	52.090.076	289.054	49.470.142
Outros passivos não circulantes		2.245.447	49.050.907	2.053.233	46.833.228
		2.470.417.118	4.823.490.466	2.203.470.036	4.480.211.184
Patrimônio líquido					
Capital social	21	7.636.287.097	7.636.287.097	5.803.484.360	5.803.484.360
Reserva legal		25.833.037	25.833.037	5.274.907	5.274.907
Reserva de lucros		461.865.857	461.865.857	75.167.419	75.167.419
		-	-	-	-
		8.123.985.991	8.123.985.991	5.883.926.686	5.883.926.686
Total do passivo e do patrimônio líquido		10.728.824.613	14.577.364.376	8.202.097.566	11.151.725.884

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

State Grid Brazil Holding S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em reais)

	Nota	2017		2016	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita operacional líquida	23	8.508.067	3.179.967.074	9.301.392	1.336.812.868
Custo da operação	24	(9.258.764)	(2.530.568.259)	(4.818.863)	(507.947.023)
Lucro bruto		(750.697)	649.398.816	4.482.529	828.865.845
Despesas gerais e administrativas	25	(24.651.701)	(135.487.728)	(28.676.991)	(119.776.928)
Outras despesas / receitas operacionais líquidas	26	7.042.861	22.695.624	22.811	16.716.700
Lucro antes do resultado financeiro		(18.359.537)	536.606.711	(24.171.651)	725.805.617
Resultado financeiro	27	(93.016.003)	(259.844.996)	351.878.995	518.301.015
Receita financeira		330.798.374	511.737.245	807.384.068	1.344.207.436
Despesa financeira		(423.814.377)	(771.582.241)	(455.505.073)	(825.906.421)
Equivalência patrimonial	13.2	449.078.021	161.323.337	741.848.286	34.734.565
Resultado antes dos impostos		337.702.481	438.085.052	1.069.555.630	1.278.841.197
Imposto de renda e contribuição social	22	72.079.862	(28.302.709)	(2.858.773)	(212.144.340)
Lucro líquido do exercício		409.782.343	409.782.343	1.066.696.857	1.066.696.857

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

State Grid Brazil Holding S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro líquido do exercício	409.782.343	409.782.343	1.066.696.857	1.066.696.857
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>409.782.343</u>	<u>409.782.343</u>	<u>1.066.696.857</u>	<u>1.066.696.857</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

State Grid Brazil Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

	Capital social	Capital a Integralizar	Reserva de lucros		Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.864.172.500	(1.786.000)	-	-	(961.198.719)	2.901.187.780
Lucro do exercício	-	-	-	-	1.066.696.857	1.066.696.857
Integralização de capital social a integralizar	-	1.786.000	-	-	-	1.786.000
Aumento de capital conforme AGE de 18 de março de 2016	421.157.000	-	-	-	-	421.157.000
Aumento de capital conforme AGE de 23 de maio de 2016	240.000.000	-	-	-	-	240.000.000
Aumento de capital conforme AGE de 22 de agosto de 2016	897.299.860	-	-	-	-	897.299.860
Aumento de capital conforme AGE de 10 de novembro de 2016	380.855.000	-	-	-	-	380.855.000
Constituição da reserva legal	-	-	5.274.907	-	(5.274.907)	-
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros	-	-	-	75.167.419	(75.167.419)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 21)	-	-	-	-	(25.055.811)	(25.055.811)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.803.484.360	-	5.274.907	75.167.419	-	5.883.926.686
Lucro do exercício	-	-	-	-	409.782.343	409.782.343
Aumento de capital conforme AGE de 16 de fevereiro de 2017	176.492.009	-	-	-	-	176.492.009
Aumento de capital conforme AGE de 25 de abril de 2017	111.531.437	-	-	-	-	111.531.437
Aumento de capital conforme AGE de 04 de setembro de 2017	72.829.500	-	-	-	-	72.829.500
Aumento de capital conforme AGE de 28 de setembro de 2017	83.978.518	-	-	-	-	83.978.518
Aumento de capital conforme AGE de 25 de outubro de 2017	1.241.526.500	-	-	-	-	1.241.526.500
Aumento de capital conforme AGE de 01 de novembro de 2017	146.444.773	-	-	-	-	146.444.773
Constituição da reserva legal	-	-	20.558.130	-	(20.558.130)	-
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros	-	-	-	386.698.438	(386.698.438)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 21)	-	-	-	-	(3.906.045)	(3.906.045)
Outros	-	-	-	-	1.380.270	1.380.270
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.636.287.097	-	25.833.037	461.865.857	-	8.123.985.991

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

State Grid Brazil Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em reais)

	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos	337.702.481	438.085.052	1.069.555.630	1.278.841.197
Itens de resultado que não afetam o caixa				
Equivalência patrimonial	(449.078.021)	(161.323.337)	(741.848.286)	(34.734.565)
Juros e variações monetárias dos empréstimos	54.826.443	222.177.175	(372.052.586)	(507.346.424)
Depreciação e amortização	9.537.696	12.042.319	5.005.841	7.195.645
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	2.302.629	-	-
Provisão para contingências	-	2.611.920	17.312	9.386.601
Provisão para compensação ambiental	-	186.663	-	(2.122.327)
Atualização de investimento disponível para venda	(3.781.865)	(3.781.865)	(4.974.385)	(4.974.385)
Pis e Cofins diferido	-	226.736.007	-	-
Outros	200.231	2.619.427	755.581	16.737.370
(Aumento) redução nos ativos				
Concessionárias e permissionárias	-	5.595.831	-	(5.250.113)
Contas a receber	(11.290.182)	16.037	(1.807.114)	(1.803.036)
Ativo financeiro amortizável e indenizável	-	(2.750.427.371)	-	(666.811.484)
Estoques	-	(168.850)	-	12.184.324
Impostos a recuperar	(3.260.049)	(10.873.161)	14.179.105	29.461.339
Adiantamentos a fornecedores	229.263	(7.033.532)	(301.125)	(10.066.925)
Outros ativos	(793.986)	7.290.307	(22.839)	(3.789.227)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	1.353.083	405.786.627	(3.388.623)	21.906.565
Tributos e contribuições sociais	78.944.658	147.296.577	(2.848.764)	15.208.452
Juros pagos	(74.945.808)	(184.060.841)	(70.307.701)	(187.085.087)
Taxas regulamentares	-	1.003.571	-	2.703.110
Outros passivos	70.950	7.067.569	1.797.446	(2.318.030)
Impostos pagos	(80.234)	(143.682.594)	(770.748)	(102.661.496)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(60.365.340)	(1.780.533.840)	(107.011.256)	(135.338.496)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos	60.110.151	2.012.025	86.405.005	-
Dividendos intermediários recebidos	154.540.173	-	-	-
Empréstimos a receber	-	-	(258.648.195)	(317.744.000)
Aquisição de imobilizado e intangível	(574.072)	(7.092.604)	(60.075)	-
Baixa de imobilizado e intangível	183.819	284.711	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	231.029	-	(2.619.433)
Aquisição de investimentos	(2.237.586.781)	(478.734.781)	(1.552.976.265)	(939.941.461)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(2.023.326.710)	(483.299.620)	(1.725.279.530)	(1.260.304.894)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	1.832.802.737	1.832.802.737	1.939.311.860	1.939.311.860
Empréstimos captados	229.769.722	779.769.722	208.786.755	272.526.247
Empréstimos pagos	-	(310.635.062)	-	(287.204.769)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	2.062.572.459	2.301.937.397	2.148.098.615	1.924.633.338
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(21.119.591)	38.103.937	315.807.829	528.989.948
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	397.333.036	838.620.969	81.525.207	309.631.021
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	376.213.445	876.724.907	397.333.036	838.620.969

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

1. Informações gerais

A State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH” ou “Companhia”), com sede à Av. Presidente Vargas, 955, Sala 1.601, Centro, Rio de Janeiro, Brasil é uma Companhia privada de capital fechado e foi constituída em 28 de abril de 2010 tendo como objetivo principal a participação societária em outras empresas. As controladas e controladas em conjunto nas quais a SGBH investe estão apresentadas nas notas explicativas 3 e 4.

A Companhia é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,00001% de participação e da International Grid Holdings Limited (IGHL) com 99,9999% de participação. Estas empresas são subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas (“demonstrações financeiras”) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

No exercício de 2016 houve reclassificações de valores que encontravam-se em outros ativos não circulantes para contas a receber – partes relacionadas no montante de R\$145.307. Não foram efetuadas outras reclassificações nas demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 16 de março de 2018.

2.1. Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

2.3. Classificação circulante versus não circulante

A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se representar caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da SGBH e das controladas, as quais:

Razão social	% de participação		Data de aquisição
	2017	2016	
SGBH Expansão Participações Ltda. ("SGBH- E") (i)	-	100	21/06/2010
SGBH Transmissão Participações Ltda. ("SGBH-T") (i)	-	100	21/06/2010
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("ETEE") (ii)	100	100	15/12/2010
Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. ("ETIM") (i)	100	100	15/12/2010
Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("ITE") (ii)	100	100	15/12/2010
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. ("RPTE") (ii)	100	100	15/12/2010
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE") (ii)	100	100	15/12/2010
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE") (ii)	100	100	15/12/2010
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTE") (ii)	100	100	15/12/2010
Araraquara Transmissora de Energia S.A. ("Araraquara") (iii)	100	100	14/12/2012
Catxerê Transmissora de Energia S.A. ("Catxerê") (iii)	100	100	14/12/2012
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTe") (iii)	100	100	14/12/2012
Linhas de Transmissão do Itatim S.A. ("Itatim") (iii)	100	100	14/12/2012
Iracema de Transmissora de Energia S.A. ("Iracema") (iii)	100	100	14/12/2012
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. ("MRTE") (iv)	100	100	18/11/2013
Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. ("ACTE") (v)	100	100	01/07/2015
Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. ("LTMC") (vi)	100	100	01/07/2015
Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE") (vii)	100	100	07/08/2015
Canarana Transmissora de Energia S.A. ("CNTE") (viii)	100	100	27/04/2016
Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("PRTE") (viii)	100	100	27/04/2016

- (i) A SGBH-E e SGBH-T foram constituídas como objetivo principal a participação societária em outras sociedades, as quais possuíam controle das atividades da ETEE e da ETIM, respectivamente, que por sua vez foram adquiridas pelo Grupo da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. Em 31/10/2017 a SGBH-E e a SGBH-T foram incorporadas na ETEE e ETIM respectivamente conforme Ofício nº 701/2016-SFF/ANEEL referente autorização prévia de incorporação datado de 30 de dezembro de 2016, onde informa que o controlador indireto (SGBH) passa a ser controlador direto da ETEE e ETIM.
- (ii) Adquiridas já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda.
- (iii) Adquiridas já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda. e Lintran do Brasil S.A.
- (iv) Adquirida através do leilão 007/2013 - lote P, firmado através de contrato assinado em 18 de novembro de 2013.
- (v) Adquirida já em fase operacional da CME - Construção e Manutenção Eletromecânica S.A. e Tecneira Nova Geração Brasil Ltda.
- (vi) Adquirida já em fase operacional da Cobra Instalaciones y Servicios S.A.
- (vii) Adquirida através do leilão 007/2015 firmado através de contrato assinado em 22 de outubro de 2015.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

(viii) Adquiridas através do leilão 13/2015 firmado através de contratado assinado em 25 de agosto de 2016.

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação.

As controladas têm por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, tem a atividade regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

O período de concessão, características operacionais e a Receita Anual Permitida (RAP) são definidas pelo contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia de cada concessionária. Apresentamos a seguir os dados sobre os contratos de concessão das concessionárias:

Companhia	Contrato de concessão	Encerramento da concessão	RAP histórica - R\$	Atualização anual RAP	RAP ciclo 2017/2018 - R\$ (i)	RAP ciclo 2016/2017 - R\$ (ii)
ETEE (vi)	096/2000	Dezembro de 2030	52.000.000	IGP-M	146.550.508	193.132.822
ETIM	086/2002	Dezembro de 2032	26.250.000	IGP-M	81.061.791	79.806.545
ITE	001/2005	Março de 2035	98.747.358	IGP-M	221.162.600	217.737.884
RPTE	003/2007	Abril de 2037	18.499.800	IPCA	31.358.201	31.085.038
PCTE	002/2007	Abril de 2037	23.430.000	IPCA	39.817.557	39.356.550
SMTE	003/2006	Abril de 2036	66.900.000	IPCA	135.897.131	131.141.651
SPTE	007/2007	Junho de 2037	17.000.000	IPCA	40.141.908	42.159.045
Araraquara	014/2009	Fevereiro de 2039	15.463.152	IPCA	25.619.960	24.730.346
Catxerê	011/2009	Fevereiro de 2039	35.447.808	IPCA	58.485.509	56.454.689
PPTE	009/2005	Março de 2035	43.711.286	IGP-M	99.168.401	97.632.772
Itatim	007/2009	Abril de 2039	48.550.000	IPCA	71.464.074	68.982.593
Iracema	002/2008	Março de 2038	13.756.800	IPCA	22.389.617	21.612.172
MRTE	010/2014	Janeiro de 2044	11.599.380	IPCA	15.114.366	14.589.543
ACTE	016/2010	Dezembro de 2040	6.420.440	IPCA	9.299.475	8.967.097
LTMC	003/2010	Julho de 2040	20.916.000	IPCA	31.776.694	30.641.808
XRTE	007/2015	Outubro de 2045	988.030.985	IPCA	(iii)	(iii)
CNTE	016/2016	Agosto de 2046	58.212.631	IPCA	(iv)	(iv)
PRTE	010/2016	Agosto de 2046	334.568.197	IPCA	(v)	(v)

- (i) A RAP atualizada para o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018 foi aprovada em 27 de junho de 2017 de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.258/2017 - ANEEL.
- (ii) A RAP atualizada para o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017 foi aprovada em 28 de junho de 2016 de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.098/2016 - ANEEL.
- (iii) A XRTE não possui RAP para os ciclos 2016/2017 e 2017/2018 pois encontra-se em fase pré-operacional. A administração prevê a entrada em operação para dezembro de 2019.
- (iv) A CNTE não possui RAP para os ciclos 2016/2017 e 2017/2018 pois encontra-se em fase pré-operacional. A administração prevê a entrada em operação para junho de 2020.
- (v) A PRTE não possui RAP para os ciclos de 2016/2017 e 2017/2018 pois encontra-se em fase pré-operacional. A administração prevê a entrada em operação para junho de 2021.
- (vi) O contrato de concessão 096/2000 da ETEE, na sexta cláusula, décima primeira subcláusula, informa que a partir do 16º (décimo sexto) ano de operação comercial, a Receita Anual Permitida da Transmissora será reduzida.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

4. Controladas em conjunto

As controladas em conjunto são as entidades nas quais a SGBH não exerce o controle individualmente sobre as políticas financeiras e operacionais, o controle operacional e financeiro é compartilhado com os respectivos acionistas das mesmas. Assim, mesmo com participação de 51%, a SGBH não consolida as controladas em conjunto. Esses investimentos são registrados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo.

As controladas em conjunto nas quais a SGBH possui participação são sociedades de propósitos específicos (SPEs) que tem como principal atividade a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, da mesma forma que as controladas da SGBH.

Razão social	% participação	
	2017	2016
Luziânia Niquelandia Transmissora S.A. ("Luziânia") (i)	51	51
Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. ("Guaraciaba") (ii)	51	51
Matrinchã Transmissora de Energia S.A. ("Matrinchã") (iii)	51	51
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. ("Paranaíba") (iv)	51	51
Belo Monte Transmissora de Energia S.A. ("Belo Monte") (v)	51	51

- (i) Em 29 de setembro de 2011 a Luziânia foi constituída a partir do Consórcio Luziânia-Niquelândia que foi o vencedor do Lote H do Leilão de Transmissão nº 06/2011, realizado pela ANEEL em 16 de dezembro de 2011 em conjunto com Furnas Centrais Elétricas S.A., com participação de 49%.

O Lote H está composto pela Subestação Niquelândia e Subestação Luziânia. Houve autorização para iniciar a operação da Subestação Luziânia em 09 de junho de 2014, tendo os equipamentos sido, efetivamente, energizados em 19 de julho de 2014, após o fim do período restritivo estabelecido pelo ONS, em função da Copa do Mundo de Futebol. Já a SE Niquelândia, teve sua entrada em operação no dia 12 de agosto de 2015.

- (ii) A Matrinchã foi constituída em 14 de março de 2012 a partir do Consórcio Matrinchã que foi o vencedor do Lote A do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela (ANEEL) em 09 de março de 2012 em conjunto com a Copel Geração e Transmissão S.A., que tem participação de 49%.

A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº012/2012 em 10 de maio de 2012 que dispõe que o início da operação comercial ocorreria em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10 de janeiro de 2015. Porém, devido a assuntos operacionais, o cronograma não foi alcançado na data prevista. Todos os trechos da Companhia já estão em operação, tendo sido os Lotes A2 e A3 os últimos a entrar em operação em 29 de julho de 2016.

- (iii) A Guaraciaba foi constituída em 14 de março de 2012 a partir do Consórcio Guaraciaba que foi o vencedor do Lote B do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela ANEEL em 09 de março de 2012 em conjunto com a Copel Geração e Transmissão S.A., que tem participação de 49%.

A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 013/2012 em 10 de maio de 2012 que dispõe que o início da operação comercial ocorreria em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10 de janeiro de 2015. Porém, devido a assuntos operacionais, o cronograma não foi alcançado na data prevista. Durante o exercício de 2016 todas as Linhas de Transmissão entraram em operação, tendo sido a última em 09 de dezembro de 2016.

- (iv) Em 21 de dezembro de 2012 a Paranaíba foi constituída a partir do Consórcio Paranaíba, vencedor do lote G do Leilão de Transmissão 07/2012, realizado pela ANEEL em 19 de dezembro de 2012 em conjunto com Furnas Centrais Elétricas S.A., que tem participação de 24,5% e Copel Geração e Transmissão S.A. - que tem participação de 24,5%. A RAP anual foi determinada em R\$100.263.550, valor histórico, e será corrigida anualmente, com base na variação do IPCA.

A Companhia concluiu com êxito, no mês de maio de 2016, a implantação da linha de transmissão Luziânia - Pirapora 2. No mês de julho de 2016, foi concluída a implantação da linha de transmissão Rio das Éguas - Luziânia. O trecho Barreiras II - Rio das Éguas teve sua implantação concluída em janeiro de 2017, representando a conclusão da implantação da totalidade do projeto.

- (v) Em 20 de março de 2014 a Belo Monte foi constituída a partir do Consórcio IE Belo Monte, vencedor do lote AB do Leilão de Transmissão 011/2013, realizado pela ANEEL em 07 de fevereiro de 2014 em conjunto com Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), que tem participação de 24,5% e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), que tem participação de 24,5%. O consórcio saiu vencedor com deságio de 38% sobre a RAP máxima para o Lote AB. Os investimentos totais estão

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

estimados em aproximadamente R\$5 bilhões com uma RAP anual de R\$434 milhões.

O prazo de concessão da linha de transmissão é de 30 anos, contados a partir da assinatura do contrato, em 16 de junho de 2014. Já o período de construção do empreendimento estava estipulado, conforme contrato de concessão, para entrar em operação comercial em fevereiro de 2018, porém, o Projeto entrou em operação comercial em dezembro/2017, com uma antecipação de dois meses em relação ao estabelecido no contrato de concessão.

5. Resumo das práticas contábeis

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

5.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

5.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

5.4. Ativo financeiro amortizável e indenizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão das Controladas não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão. Sendo assim é utilizado o modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo.

Os ativos financeiros amortizáveis e indenizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

5.5. Investimentos em controladas e controladas em conjunto

O investimento da Companhia em suas controladas é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, para fins de demonstrações financeiras da controladora e consolidadas.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. Para fins de demonstrações financeiras consolidadas, o ágio é reclassificado para o ativo intangível.

A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

5.6. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais nas Controladas) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, reconhece-se essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

5.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, servidões, e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios da Companhia.

5.8. Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

5.9. Propriedade para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor de custo, que reflete as condições de mercado na data do balanço.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a SGBH contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

5.10. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6% e 1,65%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Para as controladas, Araraquara, RPTE, PCTE, ETIM, LTMC, SPTE, LTI, CTE e ACTE a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido.

Na tributação sobre o lucro presumido, o imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$60.000 no trimestre.

A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

5.11. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

5.13. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

5.14. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

5.15. Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo imobilizado em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Remuneração dos ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que corresponde a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

Receita de aluguel

A receita de aluguel é registrada em conformidade com o regime contábil de competência e de acordo com a perspectiva de realização.

5.16. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber partes relacionadas, concessionárias e permissionárias, ativo financeiro amortizável e indenizável e empréstimos a receber partes relacionadas.

O saldo e caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários são classificados pelo valor justo e contas a receber partes relacionadas, concessionárias e permissionárias, ativo financeiro amortizável e empréstimo a receber partes relacionadas, são classificados pelo custo amortizado.

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento, compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia reconhece um ativo financeiro decorrente de contratos de concessão quando possui um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada para os serviços de construção ou melhorias prestadas. Tais ativos financeiros são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e classificados como empréstimos e recebíveis. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos e financiamentos – terceiros, empréstimos- partes relacionadas, fornecedores – terceiros e fornecedores – partes relacionadas. Os saldos de tais passivos financeiros são classificados pelo custo amortizado.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

A Companhia reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui passivos financeiros não derivativos na categoria: Outros passivos financeiros ao custo amortizado - reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

5.17. Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5.18. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

6. Normas e interpretações novas e revisadas

6.1. Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º de janeiro de 2017, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no exercício atual e em exercício anteriores:

- Modificações à IAS 7 - Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento.
- Modificação à IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

- Modificações à IFRS 12 - Ciclos de melhorias anuais 2015-2017.

6.2 As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de das demonstrações financeiras da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia adotará essas normas, tão logo entrem em vigor:

CPC 48 (IFRS9) - Instrumentos Financeiros - A norma inclui novos modelos para os três aspectos de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*.

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada da classificação e da mensuração, considerando que a Companhia não adota contabilidade de *hedge*. Tomou por base informações atualmente disponíveis e poderá estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que serão disponibilizadas a Companhia em 2018, quando passará a adotar o CPC 48. Em geral, exceto pelo mencionado no tópico de Classificação e mensuração, abaixo, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

(a) **Classificação e mensuração** - A Companhia continuará avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo e espera que determinadas aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários possam vir a ser mensuradas pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, uma vez que espera não só manter estas aplicações, mas também negociá-las de forma relativamente frequente.

As contas a receber, são mantidos para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia entende que as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

A Companhia mantém estudos e discussões no setor de atuação quanto aos possíveis impactos da aplicação do IFRS 9. Estas análises e discussões, por sua natureza e complexidade e pela similaridade dos desafios e contratos inerentes a sua área de atuação envolvem não apenas a Companhia, mas outros participantes da indústria em que atua e da comunidade de negócios, tal como a ABRACONEE - Associação Brasileira de Contadores do Setor de Energia Elétrica.

Até a presente data, não existe entre os participantes do Setor um consenso no que diz respeito a adequada definição quanto à mensuração dos ativos financeiros da concessão, principalmente no que se refere a parcela a ser indenizada pelo poder concedente ao final da concessão. Dessa forma, até a data de conclusão destas demonstrações financeiras, não foi concluída a mensuração da implementação da referida norma contábil vigente a partir de janeiro de 2018. Cabe ressaltar que a Companhia divulga na nota explicativa nº 28.1 os valores de custo amortizado e justo de todo o seu ativo financeiro, incluindo a parcela a ser indenizada pelo poder concedente ao final da concessão e aquela a ser recuperável através da Receita Anual Permitida – RAP.

(b) **Redução ao valor recuperável** - A norma exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos e valores mobiliários e contas a receber, com base em 12 meses ou por toda a vida. As perdas de crédito esperadas são avaliadas pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes - A norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes, onde a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia planeja adotar a nova norma com início a partir de 1º de janeiro de 2018 com base no método retrospectivo modificado.

A Companhia atua na construção, operação e manutenção e transmissão de energia elétrica, por meio de contratos de concessão estabelecidos em licitações realizadas pelo Poder Público para concessão de serviço público de transmissão.

Prestação de serviços de transmissão - Para contratos com a ANEEL em que geralmente se espera que a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão sejam as únicas obrigações de execução, a adoção da norma não deverá ter impacto na receita e no resultado da Companhia. A Companhia reconhece a receita ao longo tempo, conforme o serviço de disponibilização da rede de transmissão é prestado.

- (a) Contraprestação variável - Os contratos de concessão mencionam a parcela variável ("PV"), que consistem em uma parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. Atualmente, a Companhia reconhece a receita de transmissão mensurada ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de descontos referentes a parcela variável, que dão origem a uma contraprestação variável. A norma exige que a contraprestação variável seja restrita para evitar o reconhecimento excessivo da receita. A Companhia não espera que a adoção da norma traga alterações, já que a PV reduz sua receita bruta.

Adicionalmente, as multas incorridas pela penalidade na qualidade da prestação do serviço, atualmente são contabilizadas como despesa operacional. A nova regra, item 50 e 51, indica que a receita deve ser reconhecida líquida de descontos, abatimentos, penalidades e outros itens, portanto, a Companhia identifica que as multas a partir de 1º de janeiro de 2018 deverão ser registradas como redutora da receita e não como despesa operacional.

- (b) Alocação do preço de venda - A Companhia contabiliza a remuneração do ativo financeiro e o serviço de operação e manutenção como entregas separadas e aloca a contraprestação de forma distribuída entre esses produtos, seguindo o definido nos contratos de concessão.

Na avaliação da Companhia a apropriação da contraprestação e, conseqüentemente, a época do montante de receita reconhecida não serão afetados.

- (c) Reconhecimento da receita ao longo do tempo - A Companhia concluiu que os serviços são atendidos ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. De acordo com a norma, a Companhia continuará a reconhecer a receita desses contratos de serviços ao longo do tempo, atendendo ao exigido pela nova norma.
- (d) Exigências de apresentação e divulgação - As exigências de apresentação e divulgação da norma são mais detalhadas e como exigido, a Companhia desagrega as receitas reconhecidas de contratos com clientes em categorias que descrevem a natureza, o montante e o fato das receitas e dos fluxos de caixa serem afetados por fatores econômicos. A Companhia possui apenas um segmento operacional.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

CPC 06 (R2) (IFRS16) - Operações de arrendamento mercantil - A IFRS 16 (CPC - 06 (R2)) foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17, a IFRIC 4, o SIC-15 e o SIC-27. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

Em 2018, a Companhia planeja avaliar o efeito potencial da IFRS 16 nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Caixa	47.885	54.688	109.338	117.619
Bancos	3.556.822	23.237.250	10.846.884	72.760.009
Aplicações financeiras	372.608.738	853.432.969	386.376.814	765.743.341
	376.213.445	876.724.907	397.333.036	838.620.969

A Companhia e suas controladas estruturaram as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

8. Títulos e valores mobiliários

Conta reserva	Consolidado	
	2017	2016
Araraquara	3.531.848	3.531.848
Catxerê	6.492.396	6.492.396
PPTE	7.930.426	7.930.426
LTMC	4.347.392	4.347.392
ACTE	1.437.559	1.437.559
Itatim	20.811.088	22.407.838
Iracema	6.874.734	6.950.655
MRTE	3.095.512	1.653.870
	54.520.955	54.751.984

Araraquara, Catxerê, LTMC e PPTE

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 17).

Para a Araraquara, Catxerê e LTMC, durante todo o prazo do contrato, as Companhias devem manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

Para a PPTE, durante todo o prazo do contrato, deve-se manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, acrescido de três vezes o valor do custo de operação e manutenção. O custo utilizado é histórico, atualizado anualmente. A movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

Itatim

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o BNDES (nota explicativa 17).

Durante todo o prazo do contrato, a Itatim deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

Iracema

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal (CEF) (nota explicativa 17).

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

Durante todo o prazo do contrato, a Iracema deve manter em favor da CEF uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, acrescido de três vezes o valor do custo de operação e manutenção. O custo utilizado é histórico, atualizado anualmente. A movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal da CEF.

MRTE

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 17).

Durante todo o prazo do contrato, caso a MRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida.

Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a MRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. A referida obrigação de dobrar a conta reserva foi cumprida pela Companhia em 31 de dezembro de 2017 pois o índice de cobertura da dívida foi inferior a 1,2.

A movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

9. Concessionárias e permissionárias

	Consolidado	
	2017	2016
A vencer	100.037.498	103.418.031
Vencidas até 30 dias	1.050.625	2.287.080
Vencidas até 60 dias	76.469	1.967.582
Vencidas até 90 dias	38.591	1.118.461
Vencidas há mais de 90 dias	20.879.063	18.886.924
	<u>122.082.246</u>	<u>127.678.078</u>
(PCLD)	<u>(7.357.413)</u>	<u>(5.054.785)</u>
	<u>114.724.833</u>	<u>122.623.293</u>

Em função do alto giro das concessionárias e permissionárias, não se fazem necessários ajustes a valor presente. De acordo com as normas do agente regulador para as empresas controladas, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

	Consolidado	
	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro	(5.054.785)	(5.054.785)
Adição	(2.302.628)	-
Saldo em 31 de dezembro	(7.357.413)	(5.054.785)

10. Impostos a recuperar

	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Circulante				
PIS	32.288	113.599	33.090	101.652
COFINS	17.689	407.525	196.020	523.198
IRPJ	1.654.636	20.327.526	866.036	14.755.266
IR aplicações financeiras	3.638.952	8.659.744	-	3.673.052
CSLL	518.578	12.568.252	1.426.713	10.027.222
Outros	32.571	8.912.698	32.573	2.191.893
	5.894.714	50.989.344	2.554.432	31.272.283

11. Empréstimos a receber (Controladora)

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	2017	2016
Eletronorte (i)	12/2014	01/2027	Eletronorte	10% a.a.	350.782.143	318.471.001
Furnas Furnas (ii)	12/2014	01/2027	Eletronorte	10% a.a.	350.782.143	318.471.002
Não circulante					701.564.286	636.942.003

(i) Eletronorte

O Contrato tem por objeto a concessão de recursos para a Eletronorte no período de implantação/construção do empreendimento referente a controladas em conjunto Belo Monte. A Companhia efetuou empréstimos no valor de R\$158.872.000 em 2016 e R\$135.828.000 em 2015.

(ii) Furnas

O Contrato tem por objeto a concessão de recursos para a Furnas no período de implantação/construção do empreendimento referente a controladas em conjunto Belo Monte. A Companhia efetuou empréstimos no valor de R\$158.872.000 em 2016 e R\$135.828.000 em 2015.

Os Juros dos referidos empréstimos serão calculados pro rata tempore, aplicáveis sobre cada uma das parcelas liberadas. Os juros serão capitalizados pro rata tempore, durante o período de carência, calculados da data de cada liberação até o dia 27 de Janeiro de 2020 e pagos juntamente com o principal durante a fase de amortização. O principal da dívida deverá ser pago em 20 prestações constantes, semestrais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 28 de Janeiro de 2020.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

12. Ativo financeiro amortizável e indenizável (Consolidado)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Circulante	889.407.003	933.003.857
Não circulante	7.745.012.150	5.299.197.310
	<u>8.634.419.153</u>	<u>6.232.201.167</u>

Conforme contrato de concessão das Controladas (conforme nota explicativa 3) a Companhia reconheceu um recebível de concessão de serviço conforme o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente. A taxa utilizada pelas Controladas para remunerar o ativo financeiro e o de indenização reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, e é apurado comparando o retorno esperado com o valor do investimento.

Ativo financeiro - Amortizável

As concessões das linhas de transmissão de energia das Controladas são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e das demais Instalações de transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão.

Ativo financeiro - Indenizável

Conforme termo final do contrato de concessão, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

A Administração das controladas considera que ao final da concessão caberá as concessionárias que tiveram contrato de concessão assinados até o exercício de 2006 uma indenização (ETEE, ETIM, ITE, PPTE e SMTE). O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos do Tesouro Nacional. As referidas controladas não são obrigadas a remunerar o Poder Concedente pelas Concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

13. Investimentos (Controladora)

13.1. Informações financeiras sobre as investidas

31 de dezembro de 2017					
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
Controladas					
ETEE	567.432.752	111.581.108	455.851.644	113.575.218	51.797.090
ETIM	278.473.681	31.681.404	246.792.277	51.346.674	36.079.586
ITE	1.030.708.921	396.896.671	633.812.250	171.668.470	104.056.730
RPTE	266.740.835	112.722.509	154.018.326	16.879.307	4.423.675
PCTE	353.674.516	196.876.877	156.797.639	24.598.693	16.007.566
SMTE	792.806.230	452.427.197	340.379.032	116.660.185	64.206.020
SPTE	295.016.117	103.530.490	191.485.627	35.824.866	16.222.941
PPTE	491.249.245	106.523.390	384.725.856	78.804.595	41.198.844
Itatim	651.515.386	291.787.350	359.728.036	82.860.106	52.889.782
Iracema	282.870.490	131.221.783	151.648.707	34.121.969	16.690.432
Catxerê	634.929.432	189.205.628	445.723.804	76.755.709	59.951.541
Araraquara	322.075.717	113.195.120	208.880.597	31.352.878	12.295.763
MRTE	156.522.523	92.187.296	64.335.227	18.271.834	(1.561.796)
XRTE	2.566.791.785	1.174.403.246	1.392.388.539	1.589.940.258	(143.612.403)
ACTE	103.566.654	35.015.381	68.551.273	23.625.067	5.518.110
LTMTC	396.118.845	184.326.455	211.792.390	61.629.663	(1.442.237)
CNTE	186.621.788	55.016.833	131.604.955	158.386.835	(11.749.579)
PRTE	621.744.988	120.489.098	501.255.890	486.404.249	(35.217.379)

31 de dezembro de 2017					
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
Controladas em conjunto					
Luziânia	91.708.609	35.127.843	46.512.652	26.315.371	10.068.113
Matrinchã	2.774.973.746	1.041.412.064	1.616.468.755	403.890.896	117.092.927
Guaraciaba	1.428.247.360	562.231.289	814.225.122	208.444.470	51.790.949
Paranaíba	1.698.212.194	1.019.372.175	609.371.385	320.301.979	69.468.634
Belo Monte	6.626.579.151	3.594.071.358	2.964.548.118	614.563.591	67.959.675

31 de dezembro de 2016					
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
Controladas					
SGBH-E	829.658.795	125.789.082	703.869.713	-	88.427.728
SGBH-T	392.249.238	93.363.960	298.885.278	-	56.029.684
ITE	1.033.883.008	503.138.948	530.744.060	211.797.207	167.859.720
RPTE	266.001.718	149.321.684	116.680.034	20.201.061	20.441.537
PCTE	362.957.971	222.167.897	140.790.074	30.320.233	40.141.347
SMTE	820.996.178	501.270.551	319.725.627	125.205.690	149.170.017
SPTE	303.530.253	128.267.567	175.262.686	38.828.487	43.132.819
PPTE	480.221.414	127.631.403	352.590.011	84.886.919	39.137.087
Itatim	624.306.985	316.966.278	307.340.707	80.242.247	37.321.950
Iracema	256.858.849	131.900.573	124.958.276	28.997.015	8.760.211
Catxerê	616.384.212	230.042.409	386.341.803	93.281.490	37.100.702
Araraquara	311.942.581	115.240.938	196.701.643	32.811.742	24.594.918
MRTE	155.406.152	89.509.129	65.897.023	40.487.239	(2.094.912)
XRTE	574.831.527	61.280.585	513.550.942	276.815.260	(28.499.776)
ACTE	90.242.560	37.209.397	53.033.163	20.156.078	3.627.366
LTMTC	356.087.985	197.592.937	158.495.048	50.749.223	23.137.521
CNTE	4.831.331	477.797	4.353.534	1.404.485	(646.466)
PRTE	19.867.786	395.517	19.472.269	1.370.647	(527.731)

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

	31 de dezembro de 2016				
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
Controladas em conjunto					
Luziânia	87.091.722	40.579.069	46.512.653	34.199.345	358.622
Matrinchã	2.643.873.857	996.595.341	1.647.278.516	420.969.506	8.537.764
Guaraciaba	1.316.503.734	499.041.505	817.462.229	333.912.835	31.888.612
Paranaíba	1.326.018.418	712.693.034	613.325.384	322.855.069	6.145.362
Belo Monte	4.344.200.244	2.161.539.155	2.182.661.089	249.974.212	21.176.630

13.2. Movimentação dos investimentos

	Movimentação					
	Saldo em 31/12/2016	Equivalência patrimonial	Aportes / Baixa de investimento	Aportes de capital	Dividendos	Saldo em 31/12/2017
Controladas						
SGBH-E	703.869.713	69.622.350	(710.487.307)	-	(63.004.756)	-
SGBH-T	298.885.278	40.997.782	(299.961.910)	-	(39.921.150)	-
ETEE	-	(17.286.603)	710.487.307	19.228.951	(523.357)	711.906.298
ITIM	-	(4.076.582)	299.961.910	29.608.634	(369.212)	325.124.750
ITE	526.811.811	104.056.730	-	-	(988.539)	629.880.002
RPTE	6.211.597	4.423.675	-	32.914.617	-	43.549.889
PCTE	(22.455.019)	16.007.566	-	-	-	(6.447.453)
SMTE	78.382.690	64.206.020	-	-	(43.552.614)	99.036.096
SPTTE	288.583.048	16.222.941	-	-	-	304.805.988
PPTE	396.034.401	41.198.844	-	-	(9.063.000)	428.170.245
Itatim	307.340.707	52.889.782	-	-	(502.453)	359.728.036
Iracema	124.958.276	16.690.432	-	10.000.000	-	151.648.707
Catxere	386.341.803	59.951.541	-	-	(569.540)	445.723.804
Araraquara	196.701.644	12.295.763	-	-	(116.810)	208.880.597
MRTE	65.897.024	(1.561.796)	-	-	-	64.335.227
XRTE	513.549.942	(143.612.403)	-	1.022.450.000	-	1.392.387.539
ACTE	53.033.163	5.518.110	-	10.000.000	-	68.551.273
LTCM	158.495.048	(1.442.237)	-	54.739.579	-	211.792.390
CNTE	4.353.534	(11.749.579)	-	139.000.000	-	131.603.955
PRTE	19.472.269	(35.217.379)	-	517.000.000	-	501.254.890
Luziânia	24.826.063	5.104.123	-	-	(1.073.996)	28.856.190
Matrinchã	829.752.175	59.717.393	-	-	(5.353.110)	884.116.458
Guaraciaba	415.254.812	26.413.384	-	-	-	441.668.196
Paranaíba	306.444.406	35.429.003	-	4.335.000	(8.414.388)	337.794.021
Belo Monte	1.112.750.008	34.659.434	-	398.310.000	859.532	1.546.578.974
	6.795.494.394	450.458.292	-	2.237.586.781	(172.593.393)	9.310.946.072

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em reais)

	Movimentação				Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 31/12/2015	Equivalência patrimonial	Aportes de capital	Dividendos	
Controladas					
SGBH-E	666.399.122	88.427.728	-	(50.957.137)	703.869.713
SGBH T	256.162.644	56.029.684	-	(13.307.050)	298.885.278
ITE	360.458.223	167.859.720	-	(1.506.132)	526.811.811
RPTE	(14.229.939)	20.441.537	-	-	6.211.597
PCTE	(62.596.366)	40.141.347	-	-	(22.455.019)
SMTE	(70.353.562)	149.170.017	-	(433.764)	78.382.690
SPTE	245.450.229	43.132.819	-	-	288.583.048
PPTE	357.269.117	39.137.087	-	(371.802)	396.034.401
Itatim	270.373.316	37.321.950	-	(354.559)	307.340.707
Iracema	101.198.065	8.760.211	15.000.000	-	124.958.276
Catxere	349.593.558	37.100.702	-	(352.457)	386.341.803
Araraquara	172.340.377	24.594.918	-	(233.652)	196.701.644
MRTE	37.991.935	(2.094.912)	30.000.000	-	65.897.024
XRTE	19.049.718	(28.499.776)	523.000.000	-	513.549.942
ACTE	34.399.052	3.627.366	15.006.745	-	53.033.163
LTMC	130.350.661	23.137.521	5.028.059	(21.192)	158.495.048
CNTE	-	(646.466)	5.000.000	-	4.353.534
PRTE	-	(527.731)	20.000.000	-	19.472.269
Controladas em conjunto					
Luziânia	20.682.046	182.897	4.080.000	(118.880)	24.826.063
Matrinchã	765.664.317	4.354.260	70.093.467	(10.359.869)	829.752.175
Guaraciaba	306.381.640	16.263.192	94.260.905	(1.650.925)	415.254.812
Paranaíba	233.284.211	3.134.135	76.377.600	(6.351.540)	306.444.406
Belo Monte	407.679.969	10.800.081	695.129.490	(859.532)	1.112.750.008
	4.587.548.333	741.848.286	1.552.976.266	(86.878.490)	6.795.494.394

13.3. Ágio sobre aquisição de investimentos

Na aquisição das controladas ETIM, ETEE, PCTE, ITE, RPTE, SPTE, SMTE e PPTE os ativos e passivos das controladas foram considerados como avaliados a valor de mercado, conforme determina o CPC 15 (R1) (IFRS 3R) em processos de combinação de negócios (“*Business Combinations*”). Desta forma a diferença entre o preço pago pela aquisição da investida e o patrimônio líquido da investida avaliado a valor justo na data do balanço foi inteiramente alocado como investimento para fins das demonstrações financeiras da controladora. Para fins de demonstrações financeiras consolidadas, o valor do ágio foi reclassificado para o ativo intangível.

14. Propriedade para investimento (Consolidado)

	2016	Transf.	Adições/(baixas)	Depreciação	2017
Custo	97.966.379	2.143.063	-	(11.896)	100.097.547
(-) Depreciação	(5.110.431)	-	(5.736.637)	-	(10.847.068)
	92.855.948	2.143.063	(5.736.637)	(11.896)	89.250.478
	2015	Transf.	Adições/(baixas)	Depreciação	2016
Custo	97.966.379	-	-	-	97.966.379
(-) Depreciação	(3.151.103)	-	-	(1.959.328)	(5.110.431)
	94.815.276	-	-	(1.959.328)	92.855.948

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

A Administração mantém parte do imóvel localizado na Avenida Presidente Vargas, número 955 - Rio de Janeiro/RJ classificado como propriedade para investimento visto que cerca de 45% da área do imóvel estão destinadas para aluguel, e 55% de uso próprio em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Os montantes de propriedades para investimento estão mantidos a custo histórico, deduzidos de depreciação e redução a valor recuperável, quando aplicável. O imóvel vem sendo depreciado a taxa de 2% ao ano, tendo como base laudo de avaliação de vida útil.

Para atendimento ao CPC 28 - Propriedade para investimento, a Administração efetuou a avaliação ao valor justo do imóvel em conformidade com o CPC 46 - Valor Justo. Segue principais aspectos do imóvel:

- Em 2015 foi contratada uma empresa especializada para elaboração de laudo de avaliação do imóvel. O valor justo para compra e venda identificado foi de R\$100.840.000.
- Em 2016, por meio de análise interna, a Companhia identificou um novo valor médio do m² para a região central do município do Rio de Janeiro, no valor de R\$16.068/m². Considerando o percentual de alocação de 45%, o valor justo do imóvel em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$148.944.093.
- Em 2017, por meio de análise interna, a Companhia identificou um novo valor médio do m² para a região central do município do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 12.971/m². Considerando o percentual de alocação de 4%, o valor justo do imóvel em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 116.415.512.
- De acordo com a hierarquia de inputs, o imóvel foi classificado como nível 2, visto que teve comparação com outros imóveis similares no mercado.

15. Imobilizado (controladora)

	2016	Transf.	Adições/baixas	Depreciação	2017
Prédios e instalações (i)	124.379.754		(2.158.167)	-	122.221.587
Máquinas e equipamentos	3.160.429	126.498	35.251	-	3.322.178
Móveis e utensílios	2.356.051	5.524	(130.901)	-	2.230.673
Outros	78.465	(132.022)	84.593	-	31.036
Custo	129.974.699	-	(2.169.224)	-	127.805.475
(-) Máq. equipamentos	(1.399.578)	-	-	(233.417)	(1.632.995)
(-) Móveis e utensílios	(919.406)	-	-	(198.724)	(1.118.130)
(-) Prédios e instalações	(10.424.855)	-	-	(3.346.765)	(13.771.620)
(-) Depreciação	(12.743.839)	-	-	(3.778.905)	(16.522.744)
	117.230.860	-	(2.169.224)	(3.778.905)	111.282.731

	2015	Transf.	Adições/baixas	Depreciação	2016
Prédios e instalações (i)	124.379.754	-	-	-	124.379.754
Máquinas e equipamentos	3.160.429	-	-	-	3.160.429
Móveis e utensílios	2.356.051	-	-	-	2.356.051
Outros	18.390	-	60.075	-	78.465
Custo	129.914.624	-	60.075	-	129.974.699
(-) Máq. equipamentos	(1.083.535)	-	-	(316.043)	(1.399.578)
(-) Móveis e utensílios	(683.801)	-	-	(235.605)	(919.406)
(-) Prédios e instalações	(7.937.260)	-	-	(2.487.595)	(10.424.855)
(-) Depreciação	(9.704.596)	-	-	(3.039.243)	(12.743.839)
	120.210.028	-	60.075	(3.039.243)	117.230.860

(i) Saldo correspondente a 55% do imóvel localizado a Avenida Presidente Vargas, 955 (mais detalhes veja nota explicativa 14).

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

16. Intangível (consolidado)

	<u>2016</u>	<u>Transf.</u>	<u>Adições/baixas</u>	<u>Amortização</u>	<u>2017</u>
Ágio (i)	144.423.199	-	-	-	144.423.199
Servidões e Softwares (ii)	1.515.707	-	956.795	(458.021)	2.014.481
	<u>145.938.906</u>	<u>-</u>	<u>956.795</u>	<u>(458.021)</u>	<u>146.437.680</u>

	<u>2015</u>	<u>Transf.</u>	<u>Adições/baixas</u>	<u>Amortização</u>	<u>2016</u>
Ágio (i)	144.423.199	-	-	-	144.423.199
Servidões e Softwares (ii)	12.998.104	-	(11.000.000)	(482.397)	1.515.707
	<u>157.421.303</u>	<u>-</u>	<u>(11.000.000)</u>	<u>(482.397)</u>	<u>145.938.906</u>

- (i) O ágio não é amortizado contabilmente, mas sujeito a avaliação anual para fins de *impairment*. A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento. Não foram identificados indícios de necessidade de registro de provisão para realização relacionadas ao ágio em 31 de dezembro de 2017 e 2016.
- (ii) Os valores apresentados estão líquidos da amortização acumulada. As servidões são faixas de passagem da linha de transmissão legalmente instituída em favor das Companhias, para as quais se impõem restrições ao uso e ocupação do solo. A área que compõem a faixa de servidão continua sob o domínio do proprietário.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

17. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

a) Total da dívida

Empresa	Descrição	Moeda do contrato (iii)	Início	Vencimento	Garantias	Covenants	Encargos a.a.	2017	2016
ACTE	BNDES - Subcrédito A	R\$	jul/13	jun/27	(iii)	(vii)	TJLP + 2,42%	22.043.263	24.103.439
ACTE	BNDES - Subcrédito B	R\$	jul/13	dez/22	(iii)	(vii)	2,50%	5.878.145	7.053.774
ACTE	BNDES - Subcrédito C (i)	R\$	abr/13	jun/27	(iii)	(vii)	TJLP	95.835	104.791
Araraquara	BNDES	R\$	jan/11	nov/28	(iii)	(vii)	TJLP + 2,21%	62.952.179	68.118.685
Catxerê	BNDES	R\$	ago/11	ago/28	(iii)	(vii)	TJLP + 2,21%	140.994.880	152.566.377
ETIM	SGID	US\$	dez/13	set/18	N/A	N/A	Libor + 2,55%	19.200.133	37.823.974
Iracema	Debêntures	R\$	nov/10	nov/35	(iv)	(vii)	TR + spread 9%	114.649.559	116.973.582
Itatim	BNDES - Subcrédito A	R\$	nov/12	abr/28	(iii)	(vii)	TJLP + 2,74%	177.346.768	193.582.572
Itatim	BNDES - Subcrédito B	R\$	nov/12	out/22	(iii)	(vii)	2,50%	35.425.371	42.775.840
Itatim	BNDES - Subcrédito C (ii)	R\$	set/14	abr/27	(iii)	(vii)	TJLP	206.048	225.004
ITE	SGID	US\$	dez/13	set/20	N/A	N/A	Libor + 2,65%	224.781.082	332.114.150
LTMTC	BNDES - Subcrédito A	R\$	mai/12	jan/27	(iii)	(vii)	TJLP + 2,58%	64.691.444	71.046.575
LTMTC	BNDES - Subcrédito B	R\$	mai/12	jan/27	(iii)	(vii)	TJLP + 2,18%	19.834.865	21.783.394
LTMTC	Debêntures	R\$	ago/12	abr/29	(v)	(vii)	IPCA + 8,75%	56.950.106	51.313.439
PCTE	SGID	US\$	dez/13	set/25	N/A	N/A	Libor + 2,85%	184.300.908	189.389.174
PPTE	BNDES - Subcrédito A	R\$	jun/07	jun/19	(iii)	(vii)	UMBNDDES + 3%	2.704.231	4.405.810
PPTE	BNDES - Subcrédito B + C	R\$	jun/07	jun/19	(iii)	(vii)	TJLP + 3%	7.334.931	12.094.330
PPTE	BNPP - Subcrédito A	R\$	jun/07	jun/19	(iii)	(vii)	UMBNDDES + 4,3%	2.443.176	3.980.493
PPTE	BNPP - Subcrédito B + C	R\$	jun/07	jun/19	(iii)	(vii)	TJLP + 4,3%	6.626.450	10.926.149
PPTE	Santander - Subcrédito A	R\$	jun/07	jun/19	(iii)	(vii)	UMBNDDES + 4,3%	2.443.176	3.980.493
PPTE	Santander - Subcrédito B + C	R\$	jun/07	jun/19	(iii)	(vii)	TJLP + 4,3%	6.626.450	10.926.149

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em reais)

RPTE	SGID	US\$	dez/13	set/24	N/A	N/A	Libor + 2,85%	104.099.287	124.774.949
SGBH	SGID - Subcrédito D	US\$	nov/14	nov/18	N/A	N/A	Libor + 2 %	1.293.954.587	1.274.307.479
SGBH	SGID - Subcrédito E	US\$	dez/14	dez/18	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	375.101.282	369.509.431
SGBH	SGID - Subcrédito F	US\$	jun/15	dez/19	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	227.729.698	219.709.552
SGBH	SGID - Subcrédito G	US\$	dez/15	dez/19	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	135.177.940	130.417.267
SGBH	SGID - Subcrédito H	US\$	jun/16	dez/19	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	78.473.815	75.710.137
SGBH	SGID - Subcrédito I	US\$	set/16	dez/19	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	33.600.073	32.416.752
SGBH	SGID - Subcrédito J	US\$	dez/16	dez/18	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	99.483.574	98.000.514
SGBH	SGID - Subcrédito K		dez/16	dez/18	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	133.918.171	-
SGBH	SGID - Subcrédito L		dez/16	dez/18	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	96.904.633	-
SMTE	SGID	US\$	dez/13	set/23	N/A	N/A	Libor + 2,85%	316.487.994	365.869.395
SPTTE	SGID	US\$	dez/13	set/24	N/A	N/A	Libor + 2,85%	95.131.932	107.252.691
MRTE	BNDES - Subcrédito A	R\$	abr/16	jun/30	(iii)	(vii)	TJLP + 2,88%	37.789.539	25.631.259
MRTE	BNDES - Subcrédito B	R\$	abr/16	jun/30	(iii)	(vii)	TJLP + 1,88%	11.730.820	11.989.613
MRTE	BNDES - Subcrédito C	R\$	jul/16	jun/30	(iii)	(vii)	TJLP + 2,88%	-	10.711.178
MRTE	BNDES - Subcrédito D	R\$	jul/16	jun/30	(iii)	(vii)	TJLP + 1,88%	-	210.682
MRTE	BNDES - Subcrédito E	R\$	dez/16	jun/30	(iii)	(vii)	TJLP + 2,88%	-	2.918.587
MRTE	Debêntures	R\$	dez/16	dez/25	(vi)	Sim	IPCA+8,00%	16.026.834	15.000.000
XRTE	Debêntures	R\$	mai/17	mai/18	Quirografária	Sim	104,50% da Taxa DI	578.492.519	-
								4.791.631.698	4.219.717.680
	Circulante							881.869.907	343.553.739
	Não circulante							3.909.761.791	3.876.163.941
								4.791.631.698	4.219.717.680

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em reais)

- (i) Atendendo à exigência do Subcrédito C do contrato de financiamento do BNDES da ACTE, o valor de R\$120.000 com a incidência de TJLP que deverá ser destinado aos investimentos sociais de empresas no âmbito da comunidade, não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas socioambientais do projeto básico ambiental para implantação do projeto a que se refere este contrato, através de aquisição e posterior doação à Prefeitura do Município de Xinguara, Estado do Pará, de uma viatura Tipo Van adaptada para cadeirantes, para viabilizar o transporte de pacientes do município.
- (ii) O Subcrédito C do contrato de financiamento do BNDES da Itatim no valor de R\$1.604.900 deverá ser destinado aos investimentos sociais de empresas no âmbito da comunidade, não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas socioambientais do projeto básico ambiental para implantação do projeto a que se refere este contrato, através dos projetos Maré do Amanhã e Projeto Casa Abrigo Criança Cidadã, com orçamento previsto de R\$1,2 milhão e R\$531 mil, respectivamente. Para esses projetos houve a realização de R\$1.008.237 até 31 de dezembro de 2017.

b) Garantias

- (iii) **Garantias BNDES:** Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão; caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia e caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.
- (iv) **Garantia debêntures Iracema:** Contrato de alienação fiduciária da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia pelos seus atuais acionistas; contrato de cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos dos contratos de construção, de prestação de serviços de transmissão, de operação e manutenção e de conexão; Contrato de cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão e Carta de fiança bancária contratada com o Banco Bradesco S.A.
- (v) **Garantia debêntures LTMC:** As garantias que suportam o financiamento são compartilhadas com o BNDES, sendo as Contas Reservas constituídas a partir de 15 de janeiro de 2020 no valor de 3 vezes o serviço da dívida considerando juros e amortização.
- (vi) **Garantia debêntures MRTE:** As garantias que suportam o financiamento são compartilhadas com o BNDES, sendo as Contas Reservas constituídas a partir de 15 de janeiro de 2017 no valor de 1 parcela do serviço da dívida considerando juros e amortização.

c) Covenants

(vii) **Covenants Araraquara, Catxerê, PPTE, Itatim, Iracema, LTMC, ACTE**

	Araraquara	Catxerê	PPTE	Itatim	Iracema	LTMC	ACTE	MRTE
A Companhia deve apresentar o fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar:	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
ICSD requerido:	1,3 vezes	1,3 vezes	1,3 vezes	1,3 vezes	1,2 vezes	1,3 vezes	1,3 vezes	1,2 vezes
O índice foi cumprido pela Companhia em 31 de dezembro de 2017:	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não (*)

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

(*) O contrato de Financiamento prevê que a Companhia deve apresentar o fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período, dividido pelo montante de juros a pagar adicionado do montante amortizado do principal superior ou igual a 1,2 vezes. O referido índice não foi atingido pela Companhia em 31 de dezembro de 2017, porém o referido Contrato não estabelece somente obrigação relativa a valor mínimo para o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD, mas também a obrigação de dobrar a conta reserva de 3 para 6 vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço de dívida, incluindo pagamento de principal e juros, caso o ICSD mínimo de 1,2 não seja atingido. A referida obrigação de dobrar a conta reserva foi cumprida pela Companhia em 31 de dezembro de 2017.

18. Taxas regulamentares (Consolidado)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	2.884.375	6.415.323
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	4.695.663	4.673.035
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	37.495.783	32.983.894
	<u>45.075.822</u>	<u>44.072.252</u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da Aneel 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantém a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória.

Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela Aneel. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço.

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 27 de julho de 2016, através do Despacho 2.012 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2016 a junho de 2017.

Conforme Nota Técnica nº 218/2017 a ANEEL um valor fixo mensal para o período de julho de 2017 a junho de 2018.

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

19. Partes relacionadas (Controladora)

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

19.1. Ativo

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas a receber - partes relacionadas		762.443.758	682.749.427
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)		1.563.387	-
Alugueis a receber (ii)		5.192.847	5.194.889
Outros (iii)		9.874.145	145.307
Empréstimos a receber - partes relacionadas	11	701.564.286	636.942.003
Ativo disponível para venda (iv)		44.249.093	40.467.228

19.2. Passivo

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores / empréstimos - partes relacionadas		2.475.669.092	2.200.071.132
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)		1.325.320	-
Empréstimos a pagar - partes relacionadas	17	2.474.343.772	2.200.071.132

19.3. Resultado

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultado - partes relacionadas	(99.293.341)	(60.121.280)
Receita de aluguel (ii)	9.435.645	10.251.792
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	775.468	-
Despesa de juros de empréstimo	(109.504.454)	(70.373.072)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.
- (ii) Saldo refere-se a contas a receber de receita de aluguel para controladas, coligadas e outras empresas referente ao imóvel registrado como propriedade para investimento na Controladora (nota explicativa 14).
- (iii) Valor de R\$ 9.800.000 pago para a CNTE (Canarana Transmissora de Energia S.A.) em dezembro de 2017 referente AFAC (adiantamento para futuro aumento de capital).
- (iv) Em 06 de fevereiro de 2014 a Companhia adquiriu a totalidade do Capital Social da Luneng Brasil Sports Center Ltda. (“Luneng Brasil”). Em 29 de agosto de 2014 a Companhia celebrou junto a Shan Dong Luneng Tai Shan Football Club Limited (“Luneng”) em acordo de custódia a transferência para a Luneng de todos os direitos e poderes para administração da Luneng Brasil. Em contrapartida a Luneng mantém a Companhia isenta de quaisquer variações que sejam observadas no patrimônio da Luneng Brasil. O acordo de custódia tem vigência de 3 anos contados a partir de junho de 2014. O contrato prevê renovação automática caso não ocorra manifestação expressa das partes com antecedência de 3 meses. Em 31 de dezembro de 2017, a Administração não tomou conhecimento de nenhuma intenção de cancelamento do acordo assinado.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em reais)

19.4. Garantias

A SGBH está como garantidora de contratos de empréstimos e financiamentos das controladas em conjunto, como se segue:

Controlada em conjunto	Tipo de empréstimo	Valor garantido em 31/12/2017	Data de assinatura do contrato	Data de vencimento
ACTE (i)	Financiamento LP	42.255.000	31/01/2017	31/01/2019
MRTE (i)	Financiamento LP	51.646.451	13/10/2015	25/04/2019
MRTE (i)	Financiamento LP	15.000.000	15/12/2016	25/04/2019
PPTE (i)	Execução Fiscal	2.843.209	20/07/2016	20/07/2021
ETIM (i)	Execução Fiscal	661.041	03/10/2016	03/10/2021
SMTE (i)	Execução Fiscal	847.028	14/10/2016	14/10/2021
SMTE (i)	Execução Fiscal	5.664.115	27/04/2016	26/04/2021
BMTE (ii)	Risco de construção	127.500.000	09/06/2014	13/07/2018
BMTE (ii)	Financiamento LP	279.710.000	17/03/2017	22/03/2019
BMTE (ii)	Financiamento LP	233.000.000	06/04/2017	06/04/2019
BMTE (ii)	Financiamento LP	171.225.608	27/03/2017	27/03/2019
BMTE (ii)	Financiamento LP	35.037.000	13/07/2017	13/07/2019
BMTE (ii)	Financiamento LP	295.800.000	31/10/2017	01/03/2020
XRTE (i)	Risco de construção	700.000.000	30/09/2015	01/03/2020
XRTE (i)	Financiamento CP	550.000.000	22/05/2017	20/05/2018
Guaraciaba (ii)	Risco de construção	23.970.000	31/12/2017	30/04/2018
Guaraciaba (ii)	Financiamento LP	224.183.727	28/09/2016	01/06/2018
Matrinchã (ii)	Risco de construção	45.900.000	31/12/2017	31/03/2018
Matrinchã (ii)	Financiamento LP	138.132.225	19/05/2016	19/05/2018
Matrinchã (ii)	Financiamento LP	138.132.225	17/05/2016	19/05/2018
Matrinchã (ii)	Financiamento LP	33.150.000	23/03/2017	23/03/2019
Matrinchã (ii)	Financiamento LP	25.500.000	06/09/2016	06/09/2018
Matrinchã (ii)	Financiamento LP	91.800.000	10/08/2016	10/08/2018
Paranaíba (ii)	Risco de construção	24.480.000	26/09/2017	26/07/2018
Paranaíba (ii)	Financiamento LP	308.077.740	21/10/2015	25/04/2019
Paranaíba (ii)	Financiamento LP	61.200.000	15/01/2017	25/04/2019
Canarana (i)	Risco de construção	30.045.300	23/06/2016	24/03/2021
Paranaíta (i)	Risco de construção	160.109.400	23/06/2016	24/03/2022

Controlada em conjunto	Tipo de empréstimo	Valor garantido em 31/12/2016	Data de assinatura do contrato	Data de vencimento
ACTE (i)	Financiamento LP	42.255.000	28/10/2015	09/04/2017
MRTE (i)	Risco de construção	7.900.000	01/11/2016	31/03/2017
MRTE (i)	Financiamento LP	51.646.451	13/10/2015	25/04/2019
MRTE (i)	Financiamento LP	15.000.000	15/12/2016	25/04/2019
PPTE (i)	Execução Fiscal	2.843.209	20/07/2016	20/07/2021
ETIM (i)	Execução Fiscal	661.041	03/10/2016	03/10/2021
ITE (i)	Execução Fiscal	16.132.326	21/10/2016	21/10/2021
ITE (i)	Execução Fiscal	426.560	21/10/2016	21/10/2021
ITE (i)	Execução Fiscal	333.005	21/10/2016	21/10/2021
ITE (i)	Execução Fiscal	849.840	21/10/2016	21/10/2021
SMTE (i)	Execução Fiscal	847.028	14/10/2016	14/10/2021
SMTE (i)	Execução Fiscal	5.664.115	27/04/2016	26/04/2021
XRTE (i)	Risco de construção	700.000.000	30/09/2015	01/03/2020
Belo Monte (ii)	Risco de construção	127.500.000	09/06/2014	13/07/2018
Belo Monte (ii)	Financiamento CP	205.530.000	15/12/2014	26/04/2017
Belo Monte (ii)	Financiamento CP	200.000.000	23/08/2016	17/04/2017
Belo Monte (ii)	Financiamento CP	12.750.000	21/10/2016	24/04/2017
Belo Monte (ii)	Financiamento CP	12.750.000	16/11/2016	15/05/2017
Belo Monte (ii)	Financiamento CP	38.250.000	04/11/2016	03/05/2017
Belo Monte (ii)	Financiamento CP	12.750.000	25/10/2016	24/04/2017
Belo Monte (ii)	Financiamento CP	193.800.000	17/11/2016	17/03/2017
Belo Monte (ii)	Financiamento CP	20.400.000	26/12/2016	23/06/2017
Belo Monte (ii)	Financiamento CP	110.000.000	14/10/2016	15/04/2017
Belo Monte (ii)	Financiamento CP	98.163.265	14/10/2016	15/04/2017
Belo Monte (ii)	Financiamento CP	158.218.695	04/11/2016	03/05/2017

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em reais)

Guaraciaba (ii)	Risco de construção	23.970.000	30/07/2016	29/01/2017
Guaraciaba (ii)	Financiamento LP	197.344.689	28/09/2016	01/06/2018
Matrinchã (ii)	Risco de construção	45.900.000	30/10/2016	28/02/2017
Matrinchã (ii)	Financiamento LP	138.132.225	19/05/2016	19/05/2018
Matrinchã (ii)	Financiamento LP	138.132.225	17/05/2016	19/05/2018
Matrinchã (ii)	Financiamento LP	33.150.000	24/06/2015	26/06/2017
Matrinchã (ii)	Financiamento LP	25.500.000	19/05/2016	06/09/2018
Matrinchã (ii)	Financiamento LP	91.800.000	10/08/2016	10/08/2018
Paranaíba (ii)	Risco de construção	24.480.000	29/06/2016	02/01/2017
Paranaíba (ii)	Financiamento LP	308.077.740	21/10/2015	25/04/2019
Canarana (i)	Risco de construção	30.045.300	23/06/2016	24/03/2021
Paranaíta (i)	Risco de construção	160.109.400	23/06/2016	24/03/2022

(i) Valor garantido referente a 100% do valor financiado/emprestado.

(ii) A Companhia possui o capital social de 51% das empresas, com isso o valor garantido dos empréstimos e financiamentos é de 51% sobre o valor total.

20. Provisão para contingências

a) Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia e suas controladas constituem provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Tributária	-	16.966.269	-	16.888.879
Cível	-	2.500.132	-	2.500.132
Servidões	-	870.722	-	870.723
Ambiental	-	30.464.608	-	27.954.987
Trabalhista	297.070	1.288.345	289.054	1.255.420
	297.070	52.090.076	289.054	49.470.142

Reembolso de contingências

Por meio dos contratos de compra e vendas das controladas do Grupo que já estavam em operação (conforme apresentado na nota explicativa 3). Foram firmados contratos e seus respectivos aditamentos com as vendedoras. Elas se comprometeram a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos às quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais, relacionadas às empresas, nos termos e condições previstos no Contrato. Assim, a Companhia efetuou o registro de direito a reembolso para as contingências apresentadas como prováveis, visto que estas estão suportadas pelo Contrato. Apresentamos a seguir os montantes de causas prováveis por controlada para as quais foram registrados montantes correspondentes a reembolsos na linha de outros ativos não circulantes:

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Controladas		
ITE	168.250	168.250
SMTE	13.212.335	13.212.335
PCTE	68.054	68.054
Catxerê	3.070.722	3.070.722
ETEE	5.214.215	5.214.215
	<u>21.733.576</u>	<u>21.733.576</u>

b) Contingências possíveis (não provisionadas)

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia e suas Controladas figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Tributária	-	53.296.467	-	138.915.676
Cível	-	2.114.846	-	37.264.562
Ambiental	-	3.828.786	-	17.134.975
Trabalhista	867.811	2.562.706	282.450	10.305.377
	<u>867.811</u>	<u>61.802.805</u>	<u>282.450</u>	<u>203.620.590</u>

21. Patrimônio líquido (Controladora)

a) Capital social

Em 2016 foram subscritas 1.939.311.860 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R\$1,00 cada, totalizando R\$1.939.311.860, integralizadas em moeda nacional pela acionista International Grid Holdings Limited.

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social era de R\$5.803.484.360 (cinco bilhões, oitocentos e três milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil e trezentos e sessenta reais), dividido em 5.803.484.360 (cinco bilhões, oitocentos e três milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil e trezentos e sessenta) idênticas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada.

Em 2017 foram subscritas 1.832.802.737 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R\$1,00 cada, totalizando R\$1.832.802.737, integralizadas em moeda nacional pela acionista International Grid Holdings Limited.

O capital social totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, até o dia 31 de dezembro de 2017 é de R\$7.636.287.097 (sete bilhões, seiscentos e trinta e seis milhões, duzentos e oitenta e sete mil e noventa e sete reais), dividido em 7.636.287.097 (sete bilhões, seiscentos e trinta e seis milhões, duzentos e oitenta e sete mil e noventa e sete) idênticas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada.

A composição acionária está demonstrada a seguir:

	<u>2017 e 2016</u>
Top View Grid Investment Limited	0,0001%
International Grid Holdings Limited	99,9999%
	<u>100%</u>

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Dividendos

Em 2016 a Companhia destinou 25% a título de dividendos após a destinação para reserva legal. Porém, aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, conforme abaixo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	409.782.343	1.066.696.857
Resultado decorrente da incorporação reversa	1.380.270	-
Absorção de prejuízo	-	(961.198.720)
Reserva legal (5%)	(20.558.130)	(5.274.907)
Base de cálculo para os dividendos	<u>390.604.483</u>	<u>100.223.230</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (1% para 2017 e 25% para 2016)	<u>(3.906.045)</u>	<u>25.055.811</u>

22. Conciliação do imposto de renda e contribuição social (IR e CS)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
	<u>Controladora</u>	<u>Controladora</u>
Lucro antes do IR e CS	337.702.481	1.069.555.624
Alíquota nominal	(114.818.844)	(363.648.912)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
Adições/exclusões não dedutíveis	186.898.705	360.827.234
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo)	-	(37.095)
Imposto de renda e contribuição social	<u>72.079.862</u>	<u>(2.858.773)</u>

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

Resultado consolidado das companhias que aderiram ao lucro real:

	2017	2016
	Consolidado	Consolidado
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	268.521.675	1.777.363.378
Alíquota nominal	(91.297.370)	(612.815.999)
Adições e exclusões não dedutíveis	(105.166.973)	62.181.088
Adição de contribuição social a base do IR	-	(11.549.443)
Variação Cambial	81.829.645	197.848.624
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo/PAT)	3.729.873	3.041.951
Juros Indedutíveis	(11.721.146)	(22.704.102)
Equivalencia Patrimonial	54.849.935	252.228.417
Outros	7.089.976	(70.257.546)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	(60.686.060)	(201.347.695)

Resultado consolidado das companhias que aderiram ao lucro presumido:

	2017	2016
	Consolidado	Consolidado
Receitas brutas	434.785.069	499.570.794
Base de cálculo (8%)	34.782.806	39.965.664
Outras receitas	18.095.254	10.605.921
Base de cálculo	52.878.060	50.571.584
IR devido	27.761.924	(12.386.267)
(+) IR diferido	(763.422)	6.766.999
Total de IRPJ	26.998.502	(5.619.268)
Base de cálculo (12%)	52.174.208	59.948.495
Outras receitas	18.095.254	10.605.921
Base de cálculo	70.269.462	70.554.416
CSLL devida	5.965.401	(6.349.272)
(+) CSLL diferido	(580.552)	1.171.895
Total de CSLL	5.384.849	(5.177.377)
Total de IRPJ/CSLL	32.383.351	(10.796.645)

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

23. Receita operacional líquida

	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita operacional bruta	9.435.645	3.516.473.926	10.251.792	1.482.069.145
Receita de operação e manutenção	-	201.314.150	-	176.955.014
Remuneração dos ativos financeiros	-	921.155.164	-	916.642.327
Receita de construção	-	2.385.816.535	-	379.359.974
Receita de aluguel	9.435.645	8.188.077	10.251.792	9.111.830
Outras	-	-	-	-
Deduções da receita operacional	(927.578)	(336.506.852)	(950.400)	(145.256.277)
PIS/COFINS	(927.578)	(290.350.517)	(950.400)	(99.282.756)
RGR	-	(25.747.611)	-	(24.879.754)
P&D	-	(9.258.454)	-	(8.775.796)
CDE	-	(955.825)	-	(1.977.743)
TFSEE	-	(3.736.303)	-	(3.861.980)
Proinfa	-	(6.458.142)	-	(6.416.456)
Outras	-	-	-	(61.792)
	8.508.067	3.179.967.074	9.301.392	1.336.812.868

24. Custo da operação

	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Pessoal	(824.403)	(67.126.661)	-	(58.990.578)
Material	(58.800)	(6.867.529)	(60.706)	(7.712.752)
Serviços de terceiros	(1.399.239)	(21.165.621)	(1.536.416)	(12.845.504)
Depreciação	(5.736.638)	(5.228.204)	(1.959.328)	(1.940.295)
Custo de construção	-	(2.385.816.535)	-	(379.359.974)
Custo de operação e manutenção	-	(18.153.311)	-	(24.463.588)
Outros	(1.239.684)	(26.210.398)	(1.262.413)	(22.634.332)
	(9.258.764)	(2.530.568.259)	(4.818.863)	(507.947.023)

25. Despesas gerais e administrativas

	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Pessoal	(6.393.779)	(78.919.978)	(5.634.149)	(65.502.268)
Serviços de terceiros	(5.380.098)	(16.834.759)	(6.170.535)	(15.282.960)
Arrendamentos e aluguéis	(219.284)	(949.886)	(253.679)	(738.192)
Provisão	-	(12.575.694)	(612.478)	(5.249.764)
Tributos	(241.575)	(458.928)	(336.986)	(1.913.346)
Depreciação e amortização	(3.801.058)	(4.883.255)	(3.046.513)	(3.996.576)
Gastos diversos	(7.689.540)	(16.478.551)	(12.015.773)	(20.613.116)
Outros	(926.367)	(4.386.677)	(606.878)	(6.480.706)
	(24.651.701)	(135.487.728)	(28.676.991)	(119.776.928)

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

26. Outras receitas/(despesas) operacionais

	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Rendas da prestação de serviços	149.269	40.312.203	22.811	32.996.362
Demais receitas e rendas	7.878.631	9.174.357	-	61.985
Tributos sobre receitas	(742.581)	(5.655.692)	-	(3.731.750)
Pessoal	(242.458)	(13.523.233)	-	(8.649.341)
Depreciação e amortização	-	(1.974.179)	-	(1.258.773)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	(2.316.432)	-	-
Outros (i)	-	(3.321.400)	-	(2.701.783)
	7.042.861	22.695.624	22.811	16.716.700

- (i) Nesse grupo foram registradas receitas e despesas provenientes atividades não vinculadas a concessão: Contrato de Prestação de Serviço de Operação e Manutenção (CPSOM), Centro de Operação do Sistema (COS) e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI) referentes as controladas.

27. Resultado financeiro

	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita financeira	330.798.374	511.737.245	807.384.068	1.344.207.436
Receitas de aplicações financeiras	15.132.212	66.428.254	24.783.474	71.041.537
Juros sobre empréstimos	65.610.008	65.610.008	43.364.185	43.364.185
Outras	357.479	9.313.893	2.563.520	635.928
Variação cambial	249.698.675	370.385.090	736.672.889	1.229.165.786
Despesa financeira	(423.814.377)	(771.582.241)	(455.505.073)	(825.906.421)
Variações cambial	(284.657.510)	(424.429.401)	(337.612.255)	(567.136.063)
Juros sobre empréstimos e financiamentos - terceiros	-	(96.434.175)	-	(73.150.978)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas	(109.504.454)	(154.785.510)	(70.373.072)	(122.020.558)
Multas e juros	(27.594)	(44.936.758)	(568.153)	(2.373.309)
Outras	(29.624.819)	(50.996.397)	(46.951.593)	(61.225.513)
	(93.016.003)	(259.844.996)	351.878.995	518.301.015

28. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2017 e 2016, a Companhia e suas controladas não registraram investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, exceto pelo saldo de propriedade para investimentos.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

28.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	2017		2016	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	7	376.213.445	876.724.907	397.333.036	838.620.969
Títulos e valores mobiliários	8	-	54.520.955	-	54.751.984
		376.213.445	931.245.862	397.333.036	893.372.953

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2017		2016	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Contas a receber - partes relacionadas	19	16.630.379	5.632.552	5.340.196	5.965.455
Concessionárias e permissionárias	9	-	114.724.833	-	122.623.293
Ativo financeiro amortizável e indenizável	12	-	8.634.419.153	-	6.232.201.167
Empréstimos a receber - partes relacionadas	11	701.564.286	701.564.286	636.942.003	636.942.003
		718.194.665	9.456.340.824	642.282.199	6.997.731.918

Passivos mensurados pelo Custo amortizado	Nota	2017		2016	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fornecedores - terceiros		158.355	440.466.510	130.592	34.499.364
Fornecedores - partes relacionadas	19	1.325.320	-		323
Empréstimos e financiamentos - terceiros	17	-	1.373.286.589	-	862.422.215
Empréstimos - partes relacionadas	17	2.474.343.772	3.418.345.109	2.200.071.132	3.357.295.465
		2.475.827.447	5.232.098.208	2.200.201.724	4.254.217.367

28.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia e suas controladas são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia e suas controladas são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração do Grupo, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia e suas controladas também não praticam aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia e suas controladas efetuarem o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia e de algumas de suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. O Grupo faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os principais empréstimos do Grupo em dólar são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais ficam consolidados no Grupo.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do U\$\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2017. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	<u>31/12/2017</u>	<u>-5%</u>	<u>5%</u>
Empréstimos	2.474.343.772	(117.119.250)	122.975.212

d) Risco de crédito

Os riscos de crédito são minimizados em virtude dos recebíveis das controladas serem essencialmente junto à ONS, apresentando baixo nível de atrasos nos recebimentos.

e) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas acompanham o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração do Grupo através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

30. Gestão do capital

A Companhia e suas controladas utilizam capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

31. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a cobertura de seguros da Companhia e suas controladas contra riscos operacionais era composto por danos materiais, para lucros cessantes e para responsabilidade civil.

Natureza	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Responsabilidade civil	-	10.000.000	-	10.000.000
Seguro patrimonial	150.000	1.832.592.348	150.000	1.917.116.736
Veículos	-	883.989	-	737.438
	150.000	1.843.476.337	150.000	1.927.854.174

32. Eventos subsequentes

Em 08 de fevereiro de 2018 a controlada Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("ETEE"), teve sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da SGBH, em séria única, para distribuição pública com esforços restritos.

Tendo como principais características prazo de 3 anos, pagamento dos juros a cada 6 meses sendo a primeira data de pagamento dia 8 de agosto de 2018, amortização do principal em uma única parcela na data do vencimento que será no dia 8 de fevereiro de 2021 e taxa de juros igual a 105% do CDI. O montante foi de R\$ 135.000.000 e sua subscrição e integralização ocorreu no dia 14 de março de 2018. A destinação dos recursos teve como finalidade reforço de caixa e atendimento aos interesses de seu acionista.

Em 23 de fevereiro de 2018, em assembleia geral extraordinária da controlada Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A., foi deliberada a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária.

Em 02 de março de 2018 foi então celebrado o instrumento particular de escritura de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, e colocação privada da primeira emissão da Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A., sendo esta Companhia, a ofertante das debêntures (emissora) e a State Grid Brazil Holding S.A., a companhia destinatária das debêntures (debenturista).

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

O valor total da emissão é de R\$ 550.000.000 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), sendo a primeira série de R\$ 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões de reais) e a segunda série de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). Serão emitidas na primeira série: 350.000 (trezentas e cinquenta mil) debêntures; e na segunda série: 200.000 (duzentas mil) debêntures, sendo seu valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um mil reais).

Esta operação foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através do Despacho nº 468, datado de 28 de fevereiro de 2018.